

CEDI

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : FSP

CLASS. : Garimpo / R0

331

DATA : 6 12 87

PG. : _____

A - 30 — 2.º caderno — CIDADES — Domingo, 6 de dezembro de 1987

FOLHA DE S. PAULO

Rios ameaçados

Rio de Rondônia já recebeu 300 toneladas de mercúrio

O governo do Estado de Rondônia ainda não tem um programa de trabalho dirigido ao setor mineral para a proteção ambiental. A Secretaria de Meio Ambiente, criada há oito meses, não tem estrutura, e a única campanha educativa que lançou sobre o uso do mercúrio não atinge os garimpeiros, público ao qual é dirigida. "Nos garimpos ninguém pode desperdiçar tempo vendo TV para entender a mensagem do governo", afirma o mergulhador Francisco de Assis Dantas, 23, do garimpo de Simãozinho.

Em documento divulgado pelo De-

partamento de Fiscalização e Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde, o governo de Rondônia admite que de 1979, início oficial da garimpagem no rio Madeira, até hoje, 300 toneladas de mercúrio foram lançadas no rio, num percurso de 320 quilômetros onde estão os garimpos de Belmont, Teotônio Morrinhos, Caldeirão, Imbauba, Caicara, Palmeiral, Dois Irmãos, Suvaco de Velha, Prainha, Machado, Paredão, Tamburête, Simãozinho, Abuna, Penha, Arara, Periquitos, Ribeirão e Vila Murinho. Na região trabalham cerca de 25 mil garimpeiros.

A Secretaria de Saúde reconhece que a situação é crítica e chegou a pedir apoio à Cetesb, em São Paulo. Análise feita na água revelou que o índice de poluição por mercúrio está acima dos níveis toleráveis. A secretaria, no entanto, não divulgou esse índice. No documento, limita-se a informar que na água potável o limite máximo de poluição admitido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) é de 0,001 MAG/l, enquanto que no Brasil este limite é de 0,002 MAG/l. No ar, a dose tolerável por semana é de 0,3 MAG por pessoa. Para o Brasil não existe qualquer

referência sobre o nível admitido. No caso de Rondônia, não há como analisar esse nível, pois nas regiões de garimpo o mercúrio é queimado em bateias para apuração do ouro.

O diretor do Departamento de Fiscalização e Vigilância Sanitária, Djalma de Farias Oliveira, 45, diz que no Estado não há um padrão de notificação das doenças causadas pelo mercúrio. Segundo ele, a Secretaria de Saúde não tem como fazer estimativa, "mas eu mesmo tenho recebido inúmeros casos de intoxicação por mercúrio, que é muito perigoso porque tem efeito cumulati-

vo, podendo ser fatal". Segundo Oliveira, é muito comum em Rondônia se tratar de intoxicação como se fosse malária. Com a apresentação de sintomas como tremores musculares e perturbação de sono, o garimpeiro pouco esclarecido procura as farmácias, onde recebe pesadas doses de Quinino e Primaquina, medicamentos usados no tratamento da malária. De acordo com Djalma Oliveira, o tratamento acaba provocando efeitos "teríveis", entre eles distúrbios auditivos.

O único trabalho científico em Rondônia sobre a contaminação

através do mercúrio foi realizado pela Universidade Federal de Rondônia (Unir), com apoio da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Fluminense. Segundo o professor da Unir, Ene Gloria da Silveira, pós-graduado em Geologia, que coordenou a equipe de pesquisa das três universidades, o limite tolerável de contaminação por mercúrio é de 70 a cem partes por milhão (ppm). O resultado, contudo, obtido pela equipe de trabalho, das análises de peixes, água e sedimentos apanhados no garimpo de Periquitos, foi de 1.675 ppm.

Geólogos do Amazonas estão preocupados com uso do poluente

Todos os garimpos ativos no Amazonas utilizam o mercúrio, afirma o presidente da Associação Profissional dos Geólogos do Amazonas, João Frederico Guimarães Cruz, 29. Segundo ele, para cada quilo de ouro extraído é utilizado 1,6 quilo de mercúrio. Isso significa que no ano passado foram utilizados, pelo menos, 160 quilos de mercúrio do Estado, já que, segundo Dados do Departamento Nacional de Pesquisas Minerais (DNPM), baseados em registros da Receita Federal, a produção de ouro foi de 110 quilos. Extra-oficialmente, no entanto, a estimativa de produção de ouro no Amazonas é de que nunca fica abaixo de 500 quilos por ano, o que indica uma maior utilização do mercúrio.

Guimarães Cruz se diz muito preocupado com o que chama de movimento de cunho político-eleitoreiro que defende a ampliação da reserva garimpeira de Rondônia, no rio Madeira, estendendo-a até o município amazense de Humaitá. "Por que as autoridades, inclusive os políticos amazonenses, silenciaram até agora? Será que desconhecem os graves riscos dessa ampliação?", pergunta. Em sua opinião, a ampliação vai "intensificar os sérios problemas da região com a poluição fluvial pela utilização irracional do mercúrio". Ele afirma ainda que a medida "contaminaria os peixes, a flora e a navegação seria perturbada com o congestionamento de balsas e dragas".

Na "febre do ouro" experimentada mais recentemente na parte ocidental da Amazônia, o rio Madeira, o mais importante afluente do Amazonas, é a grande preocupação dos geólogos em função da quantidade crescente de mercúrio que vem recebendo. Esse rio apresenta-se como a principal via de escoamento para a produção de novas fronteiras agrícolas compreendidas no centro-oeste brasileiro, destinadas aos mercados extremos da Europa, Oriente Médio e Estados Unidos. A partir da Amazônia, esses mercados estão mais próximos do que qualquer porto brasileiro por mais privilegiado que possa ser, o que propiciaria considerável economia em fretes internos e marítimos.

Para o presidente da associação dos geólogos, "nenhum país, em fase de desenvolvimento, vedaria os olhos para um problema tão grave como o da aplicação do mercúrio na natureza, como hoje é feito no Amazonas". Ele afirma que não se combate a atividade garimpeira, mas sim a forma pela qual ela se desenvolve, "dominada por uma minoria privilegiada. Temos hoje garimpeiros cada vez mais ricos, graças à exploração desumana feita sobre os garimpeiros".

Mesmo sem garimpo, o Pantanal pode ter alto nível de contaminação

Apesar de não haver garimpo de ouro de aluvião no Mato Grosso do Sul, o Pantanal mato-grossense corre risco de possuir um alto nível de depósito de mercúrio na bacia do rio Paraguai. O mercúrio entra no Estado pelo próprio rio Paraguai, que recebe os detritos do metal principalmente do rio Cuiabá, no Mato Grosso.

Nilson de Barros, 34, chefe do Centro de Pesquisa Agropecuária do Pantanal, órgão da Embrapa com sede em Corumbá (município 420 Km a oeste de Campo Grande), afirma que a presença de mercúrio no rio Paraguai "compromete a existência do homem", já que o produto é um metal cumulativo (que não se deteriora com o tempo). Segundo Barros, o mercúrio "forma uma cadeia que de uma maneira ou de outra chega ao prato ou ao corpo de todos".

Mato Grosso

Nas cinco áreas de garimpo existentes no Mato Grosso —Alta Floresta e Peixoto de Azevedo, no norte; Nova Xavantina, no leste; Baixada Cuiabana e Poconé, no sul—, são usadas quarenta toneladas de mercúrio por ano, segundo levantamento realizado em 1986 pela Coordenadoria de Meio Ambiente do governo daquele Estado. Segundo a bioquímica Rubia Kuno, 29, que trabalha no projeto Garimpo da Coordenadoria de Meio Ambiente, existem três áreas críticas no Estado em função do garimpo —Alta Floresta, Peixoto de Azevedo e Poconé. Nesta última, no entanto, que fica na entrada do Pantanal, o problema maior não é o mercúrio, mas o assoreamento dos rios e desmatamento.

A pesquisa da coordenadoria está concentrada em Peixoto de Azevedo, município com quarenta mil habitantes —a maioria de garimpeiros. A partir de abril próximo, técnicos farão coleta de água, sedimentos, peixes e análise do sangue da população, para fazer frente à contaminação pelo mercúrio.